

Sarney reafirma opção do País

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney reafirmou ontem a posição do governo declarada na Organização das Nações Unidas para o tratamento da dívida externa do País, e descartou a possibilidade de adotar o tratamento ortodoxo recomendado internacionalmente para combater a inflação. Ao receber no Palácio do Planalto um grupo de 47 deputados estaduais, vereadores, prefeitos, empresários, artistas e escritores de São Paulo liderados pelo secretário dos Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, que lhe foram hipotecar apoio ao discurso na ONU, Sarney afirmou: "A visita dos senhores, hoje, aqui, revigora a posição do governo. Nós sabemos que neste país uma solução que não seja uma grande solução em São Paulo não pode ser uma grande solução nacional, pela grandeza, pela importância e pela responsabilidade do Estado de São Paulo. O apoio partido de lideranças tão expressivas de São Paulo é expressivo para o governo".

Sarney aproveitou a manifestação de solidariedade dos representantes de São Paulo para fazer um rápido balanço dos seus sete meses de governo, lembrando que apesar das dificuldades que enfrenta o País, há hoje total liberdade de expressão no campo político. Na área econômica, ele prevê um crescimento de quase 6% este ano, revertendo a tendência recessiva imaginada pelos mais pessimistas. Foram já criados um milhão de empregos, os salários reais cresceram 10%, a inflação, se não teve baixa acentuada, iniciou uma curva declinante, a dívida pública do governo já foi quase totalmente colocada no mercado ao prazo de seis



Arquivo

'Dívida, um caso político'

meses, com juros de 14%, quando antes se pagava até 22%.

O CAMINHO

"Ao invés de adotarmos a ortodoxia internacional, optamos pelo caminho mais seguro da paz social", afirmou o presidente, acrescentando com relação à dívida externa que o Brasil tem hoje uma posição internacional de respeitabilidade. "O mundo sabe que o Brasil, hoje, não é tutelado por ninguém. E que a nossa posição de independência e de soberania será exercida de acordo com os interesses do povo brasileiro. Por outro lado, a posição brasileira de firmeza conseguiu já hoje modificar o tratamento internacional e a visão sobre o problema da dívida externa, como sendo não um problema de natureza apenas financeira e simples contabilidade bancária, mas um caso político de profundidade que afeta a vida das nações, sobretudo da

América Latina, condenada a um encargo de certo modo insuportável."

O presidente disse, ainda, que entre forçar a inflação a descer violentamente, a jogar o País na recessão, a jogar o País no desemprego, a adotar as formas da ortodoxia econômica internacional que só via o Brasil como uma economia destinada a gerar saldos comerciais para pagamento da dívida, escolheu o caminho mais seguro para a paz social. "É o caminho pelo qual sem dúvida o Brasil terá que optar. Um país que tem que dignificar o trabalho e criar uma sociedade mais justa, uma sociedade mais humana, uma sociedade de convivência em que todos nós possamos sentir que o progresso começa dentro de cada um de nós."

Antes, o presidente ouviu os discursos do presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Luiz Carlos dos Santos, que destacou "com orgulho" a reafirmação da dignidade nacional da ONU, não só perante os credores externos mas nas posições em relação ao racismo na África do Sul e à tortura em alguns países, e do secretário Almino Afonso, que chamou a atenção para o fato de que a própria economia antiinflacionária do governo esbarrará na desvalorização constante e intensa do cruzeiro, o que pressupõe a "renegociação da dívida externa".

Almino Afonso reconheceu que a privatização da economia do País é uma necessidade. "Porém não podemos permitir que ela se converta em pretexto para desnacionalização de setores estratégicos, nem tampouco à (maneira como ocorreu em governos passados), para retornarmos à prática de favorecimentos, cerceando determinados grupos de privilégios inaceitáveis."